

# CONTRA O DEBATE ENVIESADO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL QUE VISA A SUA PRIVATIZAÇÃO

## DADOS E REFLEXÕES QUE MOSTRAM COMO REFORÇAR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

Os leitores interessados na defesa da Segurança Social pública encontrarão nestes slides dados e análises sintéticas que lhes poderão ser úteis pois está em marcha de novo uma campanha para “provar” a insustentabilidade da Segurança Social

EUGÉNIO ROSA

Economista

[edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)

[www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

## UM DEBATE “NACIONAL” ENVIESADO EM QUE É DADA PALAVRA APENAS AOS QUE DEFENDEM A PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL

- Começa-se de novo a assistir a um debate “nacional” que visa pôr em causa a sustentabilidade da Segurança Social, para justificar a sua privatização.
- O primeiro a fazê-lo foi o semanário Expresso que, em parceria com o Banco Popular e a seguradora Eurovida, organizou uma conferência no Mercado da Ribeira em 17.5.2016, dita de “especialistas”, onde se falou da “insustentabilidade do sistema público de pensões e o papel dos privados e dos planos complementares de poupança para a reforma”, cujas conclusões depois serviram para alimentar grandes peças jornalísticas publicadas nas edições seguintes (21.5;28.5). Como o próprio semanário confessa, tudo isto se insere num projeto que se prolonga por todo o ano de 2016, que inclui um simulador para calcular a pensão no fim da vida ativa, e assim concluir que é muito baixa, sendo a única alternativa os fundos de pensões privados.
- Para que as conclusões da conferência fossem as desejadas pelos seus promotores – insustentabilidade da Segurança Social – os ditos “especialistas” foram selecionados de forma que só existissem opiniões que defendem que o atual sistema é insustentável, eliminando o contraditório, e muitos dos “especialistas” convidados defendem mesmo a sua privatização, como Pedro Mota Soares, Ribeiro Mendes, Margarida Aguiar, Correia Campos (são só os “democratas do centrão” em força).
- Curiosamente o Conselho Económico Social, um órgão dito tripartido, organizou também para o dia 22.6.2016 uma conferência sobre “A sustentabilidade da Segurança Social” em que será apresentado um estudo cujo autor é desconhecido como estudioso da Segurança Social e cujos principais comentadores são os conhecidos “especialistas” defensores da sua privatização (Jorge Bravo e Margarida Aguiar).

# UMA OPINIÃO DIFERENTE SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

- Os “slides” que a seguir se apresentam serviram de base a uma intervenção que fiz na conferencia realizada pela APRe, uma associação de reformados e aposentados, em 20.5.2016 no ISCTE, na qual procurei mostrar, remando contra a maré da “insustentabilidade” que nos querem vender através do silenciamento de todas as opiniões contrárias, que a Segurança Social não é insustentável pois é possível reforçar a sua sustentabilidade através de um conjunto de medidas exequíveis com efeitos imediatos.
- E decidi divulgar os “slides” com objetivo de por à disposição de todos aqueles que estão interessados em defender a Segurança Social pública e universal, com dispõe o artº 63º da nossa Constituição, dados e reflexões sintéticas fruto de anos de estudo e investigação que lhe poderão ser úteis (um trabalho mais desenvolvido poderão encontrar no livro que publicamos na editora “*pagina a página*” em 2015 com o titulo “**COMO GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL E DA CGA**”)
- Finalmente queremos agradecer à APRe e, em particular, à sua presidente, a Dra. Maria do Rosário Gama , o convite que nos fez para podermos expor os resultados dos nosso estudo e reflexões sobre a sustentabilidade da Segurança Social na conferencia “O FUTURO NÃO TEM IDADE”, o que tem sido difícil fazer em outros fóruns como se vê.

**AS CLASSES COM RENDIMENTOS MAIS BAIXOS FORAM AS QUE  
SOFRERAM MAIS COM A VIOLÊNCIA DA POLITICA DE AUSTERIDADE**  
Rendimento médio por adulto equivalente – INE – 2007/2014

Decis do rendimento monetário disponível	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014- 2007	2010- 2014
1º	2.892 €	2.843 €	3.048 €	3.012 €	2.780 €	2.431 €	2.328 €	2.469 €	-14,6%	-18,0%
2º	4.443 €	4.636 €	4.821 €	4.725 €	4.651 €	4.419 €	4.276 €	4.402 €	-0,9%	-6,8%
3º	5.473 €	5.725 €	5.974 €	5.845 €	5.823 €	5.654 €	5.526 €	5.704 €	4,2%	-2,4%
4º	6.563 €	6.745 €	6.951 €	6.856 €	6.739 €	6.700 €	6.578 €	6.760 €	3,0%	-1,4%
5º	7.606 €	7.777 €	8.044 €	7.842 €	7.776 €	7.659 €	7.696 €	7.844 €	3,1%	0,0%
6º	8.790 €	8.832 €	9.333 €	9.008 €	8.888 €	8.786 €	8.847 €	8.988 €	2,3%	-0,2%
7º	10.162 €	10.246 €	10.762 €	10.489 €	10.240 €	10.180 €	10.161 €	10.329 €	1,6%	-1,5%
8º	12.242 €	12.192 €	12.671 €	12.422 €	12.134 €	12.008 €	12.096 €	12.137 €	-0,9%	-2,3%
9º	15.763 €	15.769 €	15.792 €	15.645 €	15.359 €	15.073 €	15.186 €	15.185 €	-3,7%	-2,9%
10º	28.888 €	29.101 €	27.902 €	28.162 €	27.861 €	26.048 €	25.827 €	26.127 €	-9,6%	-7,2%
<b>Total</b>	10.288 €	10.390 €	10.536 €	10.407 €	10.227 €	9.899 €	9.856 €	9.996 €	-2,8%	-3,9%
<b>EU-SILC</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>		

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

**SEGUNDO O INE OS SISTEMAS PÚBLICOS DE PENSÕES RETIRAM DO LIMIAR DA POBREZA 2,2 MILHÕES DE PORTUGUESES E AS PRESTAÇÕES SOCIAIS RETIRAM MAIS 716 MIL – E é isto que é objeto de novo ataque**

Ano de referência dos dados	2011	2014	População abrangida
Limiar de risco de pobreza- Valor mensal (14 meses)	357 €	362 €	
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)			
Antes de qualquer transferência social	45,4%	47,8%	4.959.165
Após transferências relativas a pensões	25,3%	26,4%	2.738.953
Após transferências sociais	17,9%	19,5%	2.023.090

**FONTE: EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento- INE - 2016**

**E ISTO APESAR DOS VALORES DAS PENSÕES SEREM MUITO BAIXOS:**  
**repartição dos pensionistas de velhice e invalidez por escalões de valores de**  
**pensões do Regime Geral contributivo da Segurança Social em 2014**  
**(Em 2014 ainda existiam 230.000 pensionistas do RNC com pensões entre 200€ e 240€)**

ESCALÕES DE VALORES DAS PENSÕES	Pensionistas de velhice e invalidez por escalões		% do TOTAL		% Acumulada	
	2009	2014	2009	2014	2009	2013
Até 106,12 €	24.182	39.222	1,4%	2,1%	1,4%	2,1%
De 106,13 a 246,35€/259,35€	174.030	216.175	9,8%	11,4%	11,2%	13,5%
De 246,36 a 419,21€	1.177.070	1.146.520	66,5%	60,4%	77,7%	73,9%
De 419,22 a 628,82€	170.684	217.408	9,6%	11,5%	87,4%	85,3%
De 628,83 a 2.515,13€	213.438	263.276	12,1%	13,9%	99,4%	99,2%
De 2.515,14 a 5.549,33€	9.665	14.162	0,5%	0,7%	100,0%	100,0%
Superior a 5.549,34€	455	631	0,0%	0,0%		
<b>TOTAL</b>	<b>1.769.524</b>	<b>1.897.394</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>		

FONTE: Relatório e constas da Segurança Social - 2009-2014 - Parte II

**O GOVERNO NÃO DESCONGELOU EM 2016 AS PENSÕES COMO CONSTA DA “POSIÇÃO COMUM” DOS PARTIDOS DA ESQUERDA, APENAS REPÔS A LEI 53-B/2006 QUE MANTEVE O CONGELAMENTO EM 2016 PARA PENSÕES > 629€, E AS INFERIORES FORAM AUMENTADAS APENAS EM 0,4% - em 2017 os aumentos serão também de miséria se a Lei 53-B/2016, que não permite a melhoria real das pensões, não for alterada**

## **O QUE DISPÕE A LEI 53-B/2006 SOBRE ATUALIZAÇÃO DAS PENSÕES**

**Aumento das pensões quando o crescimento do PIB real é inferior a 2%**

<b>ESCALÕES PENSÕES</b>	<b>Até 628,83€</b>	<b>De 628,84€ -2515,32€</b>	<b>De 2515,33€ a 5030,46€</b>
<b>Variação do valor pensão</b>	<b>Igual IPC</b>	<b>IPC - 0,5 p.p.</b>	<b>IPC - 0,75 p.p.</b>
<b>2016 - Com IPC = 0,4%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
<b>2017- Governo: Previsão IPC=1,2%</b>	<b>1,2%</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,45%</b>
<b>2017- OCDE: Previsão IPC= 1%</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,25%</b>
<b>2017-BdP: Previsão IPC= 1,4%</b>	<b>1,4%</b>	<b>0,9%</b>	<b>0,65%</b>
<b>2017 - C.E. -Previsão: IPC=1,1%</b>	<b>1,1%</b>	<b>0,6%</b>	<b>0,35%</b>

**EM 2016, AS PENSÕES MÍNIMAS TIVERAM AUMENTOS DE MISÉRIA (apenas 3 cêntimos por dia) E AS PENSÕES DE VALOR SUPERIOR A 628,83€ MANTIVERAM-SE CONGELADAS.**

**AUMENTO DAS PENSÕES MÍNIMAS NA SEGURANÇA SOCIAL EM 2016**

TEMPO DE SERVIÇO (carreira contributiva)	Pensão em 2010	Pensão em 2015	Aumento da pensão entre 2010 e 2015	Pensão em 2016	Aumento mensal em 2016	Aumento diário em 2016
Inferior a 15 anos	246,64 €	261,95 €	15,31 €	263,00 €	1,05 €	0,04 €
De 15 a 20 anos	274,80 €	274,80 €	0,00 €	275,89 €	1,09 €	0,04 €
De 21 a 30 anos	303,20 €	303,20 €	0,00 €	304,44 €	1,24 €	0,04 €
De 31 e mais anos	379,00 €	379,00 €	0,00 €	380,56 €	1,56 €	0,05 €

**AUMENTOS NAS PENSÕES MÍNIMAS NA CGA EM 2016**

TEMPO DE SERVIÇO (carreira contributiva)	Pensão em 2010	Pensão em 2015	Aumento da pensão entre 2010 e 2015	Pensão em 2016	Aumento mensal em 2016	Aumento diário em 2016
De 5 a 12 anos	230,20 €	244,80 €	14,60 €	245,79 €	0,99 €	0,03 €
Mais de 12 até 18 anos	240,00 €	255,20 €	15,20 €	256,20 €	1,00 €	0,03 €
Mais de 18 e até aos 24 anos	272,80 €	272,80 €	0,00 €	273,87 €	1,07 €	0,04 €
Mais de 24 até aos 30 anos	305,30 €	305,30 €	0,00 €	306,47 €	1,17 €	0,04 €
Mais de 30 anos	404,40 €	404,40 €	0,00 €	406,06 €	1,66 €	0,06 €

FONTE: Portarias 1458/2009, Portaria 286-A/2014 e Portaria 65/2016



**AUMENTO DAS PENSÕES DOS REGIMES NÃO CONTRIBUTIVOS EM 2016**  
**QUE ABRANGE 230.000 pensionistas foi IGUAL a 3 cêntimos/dia**

TIPO DE PENSÃO	Pensão em 2010	Pensão em 2015	Aumento da pensão entre 2010 e 2015	Pensão em 2016	Aumento mensal em 2016	Aumento diário em 2016
Regime Não Contributivo (pensão social - velhice e invalidez)	189,50 €	201,50 €	12,00 €	202,34 €	0,84 €	0,03 €
Regime Especial das Atividades Agrícolas (pensões de invalidez e velhice)	227,40 €	241,80 €	14,40 €	242,79 €	0,99 €	0,03 €

FONTE: Portarias 1458/2009, Portaria 286-A/2014 e Portaria 65/2016

**COMO REFORÇAR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL: ESTIMATIVA DE RECEITA PERDIDA PELA SEGURANÇA SOCIAL DEVIDO AO DESEMPREGO - em 2014, entre 3.300 Milhões € e 5.400 milhões/ano**

**Reduzir desemprego para metade => determinaria um aumento importante de receita**

ANO	DESEMPREGO - INE			REMUNERAÇÕES MENSAS - segundo GEE do Ministério da Economia		CONTRIBUIÇÕES PERDIDAS PELA SEGURANÇA SOCIAL DEVIDO AO DESEMPREGO - Em milhões €			
	Desem- prego oficial	Inativos disponíveis que não procuram emprego	DESEM- PREGO TOTAL	Remune- ração média base mensal (RMBM)	Ganho médio mensal (GMM)	Calculadas		Calculadas	
						e na RMBM	e no GMM	e na RMBM	e no GMM
2007	448.600	74.800	523.400	808 €	965 €	1.764	2.107	2.059	2.458
2008	427.100	69.400	496.500	846 €	1.010 €	1.758	2.099	2.044	2.441
2009	528.600	71.900	600.500	870 €	1.036 €	2.238	2.665	2.543	3.028
2010	602.600	73.900	676.500	900 €	1.076 €	2.639	3.155	2.962	3.542
2011	688.200	170.300	858.500	906 €	1.085 €	3.034	3.631	3.784	4.530
2012	835.700	229.000	1.064.700	915 €	1.096 €	3.720	4.454	4.740	5.675
2013	855.200	277.400	1.132.600	912 €	1.094 €	3.795	4.551	5.026	6.027
2014	726.000	273.300	999.300	946 €	1.122 €	3.341	3.963	4.599	5.455
SOMA						22.290	26.626	27.757	33.155

FONTE: INE e GEE do Ministério da Economia - NOTA: Em 2011, a metodologia para estimativa de "Inativos disponíveis" foi alterada

## **COMO REFORÇAR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL**

**Perda de receita pela Segurança Social por incapacidade em cobrar dividas (contribuições declaradas) - 10.293M€ até 2014, sendo 3.258 M€ de descontos nos salários - DIVIDA CRESCE 1.013 MILHÕES€ /ANO E O GOVERNO PS NADA FAZ**

<b>ANO</b>	<b>DIVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO - Milhões €</b>		<b>DIVIDAS A CURTO PRAZO - Milhões €</b>		<b>TOTAL das dividas à Segurança Social Milhões €</b>	<b>PROVISÕES para dividas cobrança duvidosa Milhões €</b>
	<b>Contribuintes c/c/</b>	<b>Contribuintes cobrança duvidosa</b>	<b>Contribuintes c/c/</b>	<b>Contribuintes cobrança duvidosa</b>		
2006			2.185	3	2.188	1
2007		2.087	681	107	2.874	2.003
2008	718	3.098	477	153	4.446	3.006
2009		4.170	397	359	4.925	4.108
2010		5.072	400	491	5.963	4.802
2011		3.408	3.466	269	7.143	3.402
2012	2.479	3.829	1.955	226	8.489	3.797
2012	2.560	4.348	2.695	317	9.920	4.396
2014	2.836	4.575	2.590	292	10.293	4.653

**FONTE: Balanços da Segurança Social - Relatórios do OE- 2007/2016 - DGO-Ministério das Finanças**

**O PLANO RIDICULO DE COMBATE À “EVASÃO E FRAUDE” DE VIEIRA DA SILVA: – aumentar em 2016 a cobrança da dívida em mais (apenas) 50 milhões € e através da declaração oficiosa da remunerações e cobrar 51 milhões € de dívida( A DÍVIDA TEM AUMENTADO 1000M€/ANO, e seriam necessários 202 anos para cobrar a dívida que já existia em 2014 ) – Documento disponível no “site” do MTSS – É URGENTE SUBSTITUI-LO POR VERDADEIRO PLANO EFICAZ DE COBRANÇA DA DÍVIDA**



**Balanço e Metas**  
***Contribuições***

**O PLANO DE COMBATE À “EVASÃO E FRAUDE” DE VIEIRA DA SILVA PRETENDE CORTAR NA DESPESA COM PRESTAÇÕES SOCIAIS UM MONTANTE DE 100 MILHÕES €, TANTO COMO A COBRANÇA DA DÍVIDA E O COMBATE À FRAUDE DOS PATRÕES :**  
“poupanças” de 100m€ através do corte de prestações com maior fiscalização (Prova de suficiência económica ou SVI). O corte no subsídio de doença – 60M€ - corresponde a 11% da despesa com este subsídio - Do documento disponível no “site” do MTSSS



**Balanço e Metas**  
***Prestações Sociais***

# **COMO REFORÇAR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL**

**Combate eficaz à evasão e fraude contributiva - Contribuições não declaradas- Estimativa das receitas perdidas -MÉDIA: 4200 Milhões€/ANO**

<b>ANO</b>	<b>Ordenados salários Milhões €</b>	<b>Ordenados e salários que descontam para a CGA Milhões €</b>	<b>Ordenados e salários que descontam para a S. Social</b>	<b>Contribuições Potenciais para a Segurança Social Milhões €</b>	<b>Contribuições cobradas pela Segurança Social Milhões €</b>	<b>Contribuições não recebidas pela Segurança Social Milhões €</b>
	1	2	3= (1) - (2)	4 = (3) *0,3475	5 (Dados da S. Social)	6= 5-4
<b>2005</b>	59.506,1	13.919	45.587	15.842	10.887	<b>-4.955</b>
<b>2006</b>	60.978,6	13.487	47.491	16.503	11.608	<b>-4.895</b>
<b>2007</b>	63.593,1	13.424	50.169	17.434	12.369	<b>-5.065</b>
<b>2008</b>	65.465,9	13.487	51.979	18.063	13.082	<b>-4.981</b>
<b>2009</b>	65.586,1	13.424	52.162	18.126	13.128	<b>-4.998</b>
<b>2010</b>	66.259,8	12.765	53.494	18.589	13.483	<b>-5.106</b>
<b>2011</b>	63.638,1	12.981	50.657	17.603	13.854	<b>-3.749</b>
<b>2012</b>	58.783,2	10.953	47.830	16.621	13.033	<b>-3.588</b>
<b>2013</b>	59.110,5	12.138	46.972	16.323	13.202	<b>-3.121</b>
<b>2014</b>	59.471,4	11.753	47.719	16.582	13.774	<b>-2.808</b>
<b>2015</b>	60.272,9	11.369	48.904	16.994	14.042	<b>-2.952</b>
<b>SOMA</b>	<b>682.666</b>	<b>139.702</b>	<b>542.964</b>	<b>188.680</b>	<b>142.462</b>	<b>-46.218</b>
<b>MÉDIA ANUAL</b>	<b>62.061</b>	<b>12.700</b>	<b>49.360</b>	<b>17.153</b>	<b>12.951</b>	<b>-4.202</b>

FONTE: Contas Nacionais - 2015- INE; Pareceres CGE 1999-2005 -T.Contas;Conta da Segurança Social 2012, Relatorios OE2012-2016-DGO\_MF



**A PARCELA DA RIQUEZA LIQUIDA CRIADA PELAS EMPRESAS QUE NÃO É SUJEITA A DESCONTOS PARA A SEGURANÇA SOCIAL (88.958 milhões € em 2015) É JÁ SUPERIOR A QUE DESCONTA QUE SÃO OS SALÁRIOS (60.272,9 milhões € em 2015) – Está-se a verificar a erosão da base contributiva para a Segurança Social devido ao aumento da desigualdade na distribuição do rendimento – É urgente alterar a base de cálculo das contribuições patronais**

<b>ANO</b>	<b>Produto Interno Liquido (PIL) Milhões € (1)</b>	<b>Ordenados e salarios Milhões € (2)</b>	<b>Percentagem Ordenados e Salários do P.I.L</b>	<b>Parte do P.I.L. não desconta para a Segurança Social Milhões € (3)=(1)-(2)</b>
2005	132.756,7	59.506,1	44,8%	73.250,6
2006	139.207,3	60.978,6	43,8%	78.228,7
2007	147.223,7	63.593,1	43,2%	83.630,6
2008	148.966,1	65.465,9	43,9%	83.500,2
2009	145.350,1	65.586,1	45,1%	79.764,0
2010	148.964,5	66.259,8	44,5%	82.704,8
2011	144.737,7	63.638,1	44,0%	81.099,6
2012	137.846,4	58.783,2	42,6%	79.063,3
2013	140.385,1	59.110,5	42,1%	81.274,7
2014	143.621,9	59.471,4	41,4%	84.150,5
2015	149.231,1	60.272,9	40,4%	88.958,1
Var.05-15	12,4%	1,3%	-9,9%	21,4%
<b>SOMA</b>	<b>1.578.291</b>	<b>682.666</b>		<b>895.625</b>

**FONTE: Contas Nacionais - INE**

**COMO REFORÇAR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL** Alterar o cálculo das contribuições patronais para a Segurança Social que devia ser a totalidade da riqueza líquida criada anualmente pelas empresas: uma taxa contributiva média entre 7% e 8% sobre a totalidade da riqueza líquida criada pelas empresas daria mais receita que os 23,75% e teria a vantagem de ser mais equitativa na distribuição da carga contributiva e não ficaria dependente nem da repartição do rendimento nem do desemprego

<b>ANO</b>	<b>Produto Interno Líquido (PIL) Milhões € (1)</b>	<b>Contribuições cobradas pela Segurança Social às empresas Milhões € (2)</b>	<b>Percentagem que contribuições cobradas às empresas representam do Produto Interno Líquido (3)= (2) : (1)</b>
2005	132.756,7	7.441	5,6%
2006	139.207,3	7.934	5,7%
2007	147.223,7	8.454	5,7%
2008	148.966,1	8.941	6,0%
2009	145.350,1	8.972	6,2%
2010	148.964,5	9.215	6,2%
2011	144.737,7	9.469	6,5%
2012	137.846,4	8.907	6,5%
2013	140.385,1	9.023	6,4%
2014	143.621,9	9.414	6,6%
2015	149.231,1	9.597	6,4%
<b>MÉDIA</b>	<b>143.481</b>	<b>8.851</b>	<b>6,2%</b>



**O ATUAL CALCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS PARA A SEGURANÇA SOCIAL CRIA CONCORRÊNCIA DESLEAL ENTRE AS EMPRESAS - (as diferentes empresas estão a contribuir para a Segurança Social com uma percentagem diferente da riqueza líquida que criam –VAL- já que varia entre 5,2% e 28% do VAL - é urgente acabar com esta injustiça**

<b>RAMO</b>	<b>VAL Milhões €</b>	<b>Ordenados e Salários Milhões €</b>	<b>Contribuições patronais (23,75% dos salários ) Milhões €</b>	<b>Contribui- ções % do VAL</b>
<b>Indústrias alimentares das bebidas</b>	<b>2.288</b>	<b>1.160</b>	<b>276</b>	<b>12,0%</b>
<b>Industria do tabaco</b>	<b>170</b>	<b>39</b>	<b>9</b>	<b>5,4%</b>
<b>Fabricação de têxteis</b>	<b>1.136</b>	<b>725</b>	<b>172</b>	<b>15,2%</b>
<b>Indústria do vestuário</b>	<b>995</b>	<b>845</b>	<b>201</b>	<b>20,2%</b>
<b>Industria produtos couro</b>	<b>662</b>	<b>419</b>	<b>100</b>	<b>15,0%</b>
<b>Fabricação de pasta e papel, cartão</b>	<b>415</b>	<b>216</b>	<b>51</b>	<b>12,4%</b>
<b>Refinição coque, refinação e combustivel</b>	<b>154</b>	<b>44</b>	<b>10</b>	<b>6,8%</b>
<b>Fab. Maquinas e equipamentos</b>	<b>945</b>	<b>656</b>	<b>156</b>	<b>16,5%</b>
<b>Produção e distribuição eletricidade e gás</b>	<b>2.235</b>	<b>489</b>	<b>116</b>	<b>5,2%</b>
<b>Construção</b>	<b>8.187</b>	<b>5.229</b>	<b>1.242</b>	<b>15,2%</b>
<b>Comercio por grosso</b>	<b>5.432</b>	<b>4.419</b>	<b>1.050</b>	<b>19,3%</b>
<b>Comercio a retalho</b>	<b>4.820</b>	<b>3.360</b>	<b>798</b>	<b>16,6%</b>
<b>Transportes terrestres</b>	<b>1.294</b>	<b>1.523</b>	<b>362</b>	<b>28,0%</b>
<b>Intermediação financeira (bancos)</b>	<b>7.105</b>	<b>2.414</b>	<b>573</b>	<b>8,1%</b>
<b>Seguros, fundos pensões, etc.</b>	<b>1.628</b>	<b>381</b>	<b>90</b>	<b>5,6%</b>
<b>FONTE: 2005- INE</b>				

**OUTRAS FONTES POSSÍVEIS DE RECEITAS PARA A SEGURANÇA SOCIAL:** impostos promovessem a criação de emprego e a capitalização das empresas e que penalizassem a especulação financeira

- **UMA SOBRETAXA SOBRE LUCROS DISTRIBUÍDOS:** a distribuição de dividendos determina a descapitalização das empresas que estão altamente endividadas e reduz o investimento criador de emprego. Entre 2007 e 2015 os lucros distribuídos pelas sociedades em Portugal totalizaram 114.354 segundo o INE (42.887 milhões € foram transferidos para o estrangeiro segundo o Banco de Portugal, estando estes isentos do pagamento de imposto sobre dividendos), uma sobretaxa de 10% daria à Segurança Social uma receita adicional de 11.435 milhões € (em média, mais 1.270,6 milhões €/ano)

- **UMA SOBRETAXA SOBRE MAIS-VALIAS:** as mais-valias, incluindo as especulativas, estão sujeitas a uma taxa de IRS máxima de 28% , quando a taxa máxima que incide sobre os rendimentos de trabalho é 48% (*promove-se a especulação e penaliza-se o trabalho*), sendo taxa inferior no caso do beneficiário ser uma empresa, que paga a taxa de IRC (21%). Entre 2017 e 2015, só os rendimentos de carteira transferidos para o estrangeiro totalizaram 57.098,7 milhões € segundo o Banco de Portugal. Este imposto não tem nada a ver com a taxa sobre as transações financeiras já que esta incide sobre a totalidade do capital transacionado

**UM CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE ENTRE 0,23% E 0,49% POR ANO É SUFICIENTE PARA ANULAR A REGRESSÃO DEMOGRÁFICA (impacto do envelhecimento sobre a Segurança Social) EM PORTUGAL ATÉ 2060 segundo o INE**

**- Aumento necessário da produtividade para compensar a regressão demográfica da população de 25-64 anos em Portugal**

ENTIDADE	Variação média anual da produtividade necessária	
	Até 2030	Até 2060
Estudo do INE (previsão)	0,23%	0,36%
Estudo da ONU (Previsão)	0,26%	0,49%

**FONTE: Torturam os números que eles confessam - pág. 154 - Pedro Nogueira Ramos**

**A ALTERNATIVA AO REGIME ATUAL É O REGIME DE CAPITALIZAÇÃO VIRTUAL OU OS FUNDOS DE PENSÕES PRIVADOS : pensão passaria a ser incerta pois dependeria ou do governo ou da bolsa, e determinaria lucros elevados para os fundos de pensões privados à custa dos pensionistas**

■ **AS PROPOSTA DE JORGE BRAVO/APFIPP E DOS ESPECIALISTAS CONVIDADOS PELO “EXPRESSO” E PELO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL**

- **PILAR 1:** Participação obrigatória, descontos sobre salários “plafonados”, contas individuais virtuais, cuja rentabilidade seria virtual fixada pelo Estado, e no fim da vida ativa a pensão seria calculada com base no capital virtual, já que os descontos seriam utilizados para pagar pensões aos reformados;
- **PILAR 2:** Participação obrigatória para todos os trabalhadores, financiado com descontos sobre os salários, seria um fundo de contribuições definidas e de capitalização real (depende da bolsa) gerido por seguradoras ou sociedades de fundos de pensões
- **PILAR 3 :** Regime complementar, de contribuição definida e capitalização real (bolsa) , com contas individuais, geridas por seguradoras ou sociedades de fundos de pensões

■ **As propostas de Margarida Aguiar, de Pereira da Silva e de Ribeiro Mendes (os outros “especialistas”) que analiso com mais detalhe no meu livro “COMO GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL” são simples variantes ou cópias, algumas delas menos claras e estruturadas do que a proposta de Jorge Bravo**